

## PERFIL DOS DOMICÍLIOS SEM DOCUMENTO QUE PROVE SUA PROPRIEDADE: RESULTADOS A PARTIR DA PNAD-CONTÍNUA

Alex Felipe Rodrigues Lima<sup>1</sup>  
Amilton Zoccoli Junior<sup>2</sup>  
Paulo Jackson Bezerra Vianna<sup>3</sup>  
Murilo Rosa Macedo<sup>4</sup>

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Levando-se em conta todos os tipos de domicílios, observou-se no ano de 2019 que o Estado de Goiás se destacou no ranking nacional em terceiro lugar com a menor proporção, por Unidade da Federação, apresentando 5,9% (411,1 mil) de pessoas que residem em domicílios que não têm a posse de documentos que comprovem a propriedade dos domicílios, atingindo o total de 6,0% (148,0 mil) dos domicílios brasileiros.
2. Em relação a Região Centro-Oeste destaca-se o bom resultado do Distrito-Federal e dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul entre os 5 primeiros com menor proporção.
3. Quanto ao município de Goiânia verificou-se que 30,7 mil domicílios com essa inadequação, ocupando o 4º lugar com menor proporção entre as capitais. O pódio é formado por: Florianópolis, Aracaju, Brasília.
4. Dos 148 mil domicílios sem documento a maioria possui abastecimento de água proveniente da rede geral (82,9%), possui fornecimento de energia elétrica (98,8%), o material predominante da cobertura é telha sem laje (81,9%), o piso é de material cerâmico, lajota ou pedra (85,4%), as paredes são de alvenaria (83,2%), são do tipo casa (99,1%) e estão localizados na zona urbana (86,4%).
5. Quando se compara o percentual de domicílios com e sem documento, nota-se que os domicílios inadequados proporcionalmente têm maior vulnerabilidade estrutural.
6. Com relação ao perfil socioeconômico de residentes em domicílio sem documento de posse, nota-se que as características que se destacam são de pessoas do sexo feminino (54,0%), pardos (59,8%), com faixa de idade entre 11 e 20 anos (17,4%), escolaridade fundamental incompleto (48,5%), que estão fora da força de trabalho (37,5%), considerando as pessoas dentro da força de trabalho se destacam aquelas

<sup>1</sup> Gerente de Estudos Socioeconômicos e de Avaliação de Políticas Públicas / Pesquisador em Estatística do IMB / Mestre em Estatística. E-mail: alex.rlima@goias.gov.br

<sup>2</sup> Técnico Administrativo / Bacharel em Filosofia; E-mail: amilton.zoccoli@goias.gov.br;

<sup>3</sup> Pesquisador em Economia do IMB / Mestre em Economia; E-mail: paulo.vianna@goias.gov.br;

<sup>4</sup> Pesquisador em Ciências Sociais do IMB / Mestre em Sociologia; E-mail: murilo.rmacedo@goias.gov.br

que trabalham na informalidade (29,8%) e com renda familiar per capita entre meio e 1 salário mínimo (31,1%).

7. Por outro lado, na observação dos percentuais mínimos, necessário se faz citar as pessoas com vínculo de trabalho formal (3,8%) e renda familiar per capita acima de 2 salários mínimos (3,9%).
8. Em análise sobre o acesso a políticas de transferência de renda nos domicílios em relação ao porte de documentos que prove a sua propriedade, é notória a superioridade da proporção dos domicílios que não têm documento quando algum morador é beneficiário do Programa Bolsa Família (PBF).

## PERFIL DOS DOMICÍLIOS SEM DOCUMENTO QUE PROVE SUA PROPRIEDADE: RESULTADOS A PARTIR DA PNAD-CONTÍNUA

Alex Felipe Rodrigues Lima<sup>5</sup>  
Amilton Zoccoli Junior<sup>6</sup>  
Paulo Jackson Bezerra Vianna<sup>7</sup>  
Murilo Rosa Macedo<sup>8</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

A forma de ocupação das terras brasileiras e regulação mobiliária ao longo do processo de construção do Brasil e suas cidades, traz consigo características de irregularidade jurídico-urbanística, mas essa perspectiva é alterada com a constituição cidadã (CF/88), que exalta os direitos sociais e a dignidade humana, com isso surge uma nova perspectiva em relação a política urbana e a resolução das questões urbanísticas e registras (BRASIL, 2007).

A Constituição Federal instituiu que o direito à moradia é um direito social de todos os brasileiros. Esse preceito jurídico não contempla somente uma casa para morar, mas a proteção desse direito fundamental do ser humano, que envolve desde a segurança, na posse amparado pela segurança jurídica, ao entendimento por um local salubre, com condições mínimas à sobrevivência. Uma moradia adequada deve seguir critérios à segurança da posse, à disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura, à economicidade, à habitabilidade, sua acessibilidade, localização e adequação cultural (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1991).

A regularização fundiária envolve diversas dimensões, necessitando que se trabalhe os campos jurídicos, urbanísticos, físico e social. A fim de que se tenha um trabalho pleno no âmbito da regularização fundiária (BRASIL, 2007). A autora elenca entre as dimensões e os processos da política pública de regularização fundiária as seguintes dimensões: a regularização jurídica dos lotes, a urbanização/reurbanização dos assentamentos, adequação da legislação urbanística, apoio e cooperação dos moradores a fim de garantir a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Assim, sendo a regularização fundiária uma política a combater os problemas de vulnerabilidade e inadequações relacionadas a questões urbanísticas, se faz de grande importância a mensuração desse problema. Mas por ser um problema multidimensional se

<sup>5</sup> Gerente de Estudos Socioeconômicos e de Avaliação de Políticas Públicas / Pesquisador em Estatística do IMB / Mestre em Estatística. E-mail: alex.rlima@goias.gov.br

<sup>6</sup> Técnico Administrativo / Bacharel em Filosofia; E-mail: amilton.zoccoli@goias.gov.br;

<sup>7</sup> Pesquisador em Economia do IMB / Mestre em Economia; E-mail: paulo.vianna@goias.gov.br;

<sup>8</sup> Pesquisador em Ciências Sociais do IMB / Mestre em Sociologia; E-mail: murilo.rmacedo@goias.gov.br

torna complexo uma mensuração plena desse problema, e mesmo dentro de suas dimensões há critérios e características que dificultam uma mensuração exata da dimensão do problema.

Nesse sentido, vislumbrando contribuir com informações uteis, o IMB elaborou este informe na intenção de oferecer insumos para contribuir na **discussão, elaboração de estratégias e Políticas Públicas para um processo de crescimento ordenado**, com vistas à atenuação dessa inadequação habitacional

Ciente da dificuldade de mensurar o conceito pleno, este informe técnico traz luz sobre as moradias que não possuem nenhum tipo de documento que prove a sua propriedade, além de revelar o perfil desses moradores (ou das famílias). Ressalta-se que essa situação traz insegurança jurídica sobre a propriedade, levando aos residentes a tendência de não investir em uma casa que temem perde-las (Brasil, 2007).

Ressalta-se que o IMB já possui um importante indicador relacionado à área habitacional, o Déficit Habitacional com base no CadÚnico, publicado pela primeira vez em 2017<sup>9</sup>. Porém, um trabalho que reflete a inadequação habitacional relacionado a posse de algum documento que prove a propriedade, é a primeira vez no estado de Goiás.

Para a construção deste informe, utilizou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNAD-C/Anual<sup>10</sup>), 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que pela primeira vez contemplou uma pergunta relacionada à ausência nos domicílios próprios de documentos que comprovem a propriedade do domicílio. Dessa forma, todos os resultados aqui apresentados são baseados nessa Pesquisa, inclusive com informação conforme o nível geográfico e a localidade dos domicílios (urbano ou rural).

Faz-se o registro, que de acordo com a nota técnica<sup>11</sup> da Pnad-C, os domicílios identificados como próprios com documentos que comprove a propriedade são aqueles que possuam escritura, certificado de posse, título de propriedade ou contrato de compra e venda, registro do imóvel, que comprove a propriedade. No entanto, em termos de legalização da propriedade de imóvel, esta é garantida apenas por meio da titulação e do registro imobiliário. (Brasil, 2007).

Dessa forma, percebe-se que a inadequação captada pela PnadC contempla o pior cenário possível em termos de segurança jurídica do morador do domicílio, ou seja, o cenário

<sup>9</sup> Ver em <<https://www.imb.go.gov.br/temas/social/habita%C3%A7%C3%A3o.html>>;

<sup>10</sup> Ver em :<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>>;

<sup>11</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Notas técnicas. Versão 1.7. Ver em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101708\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101708_notas_tecnicas.pdf)

no qual não existe nenhum tipo de documento, em caso de resposta negativa para a posse de documentos. As possibilidades para que ocorra a ausência de documentos são diversas (por exemplo, invasões, grilagem e vários outros) no entanto, a PnadC não pergunta o motivo da falta do documento. Desta forma, não é possível a descrição das causas deste problema neste informe. Com relação a parcela que informou possuir documento existe tanto os casos regularizados, quanto os casos que legalmente poderiam ser considerados não regularizados. Nesse sentido, não se pode dimensionar entre os que possuem o documento de posse, se esse documento é ou não suficiente para comprovar a posse no aspecto legal da regularização. Portanto, o trabalho contribui apenas em parte do conceito de regularização fundiária.

Assim sendo, este informe apresenta um detalhamento da quantidade e do percentual de domicílios goianos sem documento de propriedade, suas características estruturais, além do perfil socioeconômico das famílias residentes nesses domicílios. Ressalta-se que as melhorias habitacionais são fundamentais para o enfrentamento das desigualdades sociais através da observação específica sobre este problema da inadequação habitacional, inerente a questão da regularização fundiária que abarca um conceito aberto e amplo, interrelacionando mecanismos que promovam a adequação habitacional.

## 2. GOIÁS E O CONTEXTO NACIONAL

De forma inédita, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNAD-C/Anual 2019) contemplou uma pergunta relacionada à posse de documentos que comprove a propriedade dos domicílios. Apesar dos resultados aqui apresentados levarem em consideração todos os tipos de domicílios, essa pergunta é aplicada apenas aos domicílios próprios, com situação na qual já estejam quitados ou ainda em pagamento. Dessa maneira, as informações inerentes a essa inadequação referem-se apenas aos responsáveis com domicílios próprios, portanto, ressalta-se que esse número pode ser considerado um piso, pois existe a possibilidade de existirem domicílios cedidos, alugados ou outras condições sem documento que prove a propriedade.

Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta o total de pessoas e de domicílios de acordo com o tipo de domicílio. Nota-se que do total de 2,4 milhões de domicílios existentes, no estado de Goiás, mais de 1,6 milhão (1.424.052 + 240.008) são próprios pagos ou ainda em pagamento (aproximadamente 67% do total). Nesses domicílios, residem mais de 4,7 milhões de pessoas (67% da população goiana). Outro destaque é o tipo alugado, em que 21,8% dos domicílios (de outra maneira, 1 a cada 5 domicílios) no estado possui essa característica.

**Tabela 1: Total e percentual de pessoas e domicílios por tipo de domicílio**

Tipo	Domicílio		Pessoas	
	Total	%	Total	%
Alugado	541.925	21,8%	1.534.780	21,9%
Cedido de outra forma	19.435	0,8%	48.990	0,7%
Cedido por empregador	72.678	2,9%	209.517	3,0%
Cedido por familiar	175.160	7,1%	478.516	6,8%
Outra condição	7.161	0,3%	24.361	0,3%
Próprio de algum morador - ainda pagando	240.008	9,7%	751.824	10,7%
Próprio de algum morador - já pago	1.424.052	57,4%	3.972.516	56,6%
<b>Total</b>	<b>2.480.419</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.020.504</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: PNADC/IBGE  
 Elaboração: IMB/SGG

No contexto nacional, com relação aos resultados sobre os domicílios sem documentos que prove sua propriedade, no ano de 2019, conforme a Tabela 2, o total de 11,5% (24,09 milhões de pessoas) da população brasileira residia em domicílios próprios sem documentos de comprovação da propriedade. Essa parcela da população mora em 10,6% dos domicílios do país (7,6 milhões).

No ranking por Unidade da Federação, da variável em que se observa as menores proporções do percentual da população residindo em domicílios sem documento que comprove a propriedade, o estado de Goiás se destaca no terceiro lugar, com 5,9% (411,1 mil em termos absolutos) dos goianos com essa inadequação. Esse total de pessoas engloba 6,0% dos domicílios brasileiros (148,07 mil).

Em termos regionais, com relação ao percentual da população residindo em domicílios sem documento que comprove a propriedade, destaca-se o resultado da Região Centro-Oeste, onde: Distrito Federal (1º colocado); Goiás (3º colocado) e Mato Grosso do Sul (5º colocado), com o percentual de pessoas de 4,8%, 5,9% e 6,5%, respectivamente

Na Região Sul estão os estados de Santa Catarina (2º colocado) e do Paraná (4º colocado) com 5,6% e 6,5%, das pessoas residindo em domicílios nesta condição, respectivamente. Por outro lado, os estados com os piores resultados estão localizados, na sua grande maioria, nas Regiões Norte e Nordeste, a exemplo dos estados do Maranhão (34,9%), Pará (23,9%) e Piauí (21,6%) ocupando as piores colocações no ranking.

**Tabela 2: Ranking do percentual de pessoas em domicílios sem documento que comprove a propriedade e % de domicílios nessa condição**

Ranking	UF	Pessoas		Domicílios		Ranking	Capital	Pessoas		Domicílios	
		%	Total	%	Total			%	Total	%	Total
1	Distrito Federal	4,8	144.367	4,2	42.727	1	Florianópolis	1,9	9.480	1,9	3.770
2	Santa Catarina	5,6	398.253	5,4	138.409	2	Aracaju	3,5	22.906	3,7	8.454
<b>3</b>	<b>Goiás</b>	<b>5,9</b>	<b>411.188</b>	<b>6,0</b>	<b>148.077</b>	3	Brasília	4,8	144.367	4,2	42.727
4	Paraná	6,5	742.809	6,1	246.030	<b>4</b>	<b>Goiânia</b>	<b>5,7</b>	<b>86.799</b>	<b>5,7</b>	<b>30.767</b>
5	Mato Grosso do Sul	6,5	176.414	6,2	57.263	5	Macapá	6,0	30.300	6,0	7.827
23	Amazonas	19,9	792.262	17,7	194.115	23	Teresina	14,6	126.113	14,0	37.911
24	Ceará	20,0	1.829.167	19,0	564.457	24	Rio Branco	14,8	60.275	14,4	19.014
25	Piauí	21,6	707.542	20,3	208.975	25	Belém	17,3	258.439	16,8	77.453
26	Pará	23,9	2.049.601	22,4	570.044	26	Recife	19,3	318.304	18,1	107.444
27	Maranhão	34,9	2.458.729	33,8	708.666	27	Porto Velho	22,0	116.438	20,2	33.104
	Brasil	11,5	24.096.774	10,6	7.649.723						

Fonte: PNADC/IBGE  
 Elaboração: IMB/SGG

Com relação às capitais, o município de Goiânia se destaca com o quarto menor valor, ou seja, 5,7% da população residem em domicílios sem documento que prove sua propriedade (86,7 mil pessoas), abrangendo 5,6% domicílios da capital (30,7 mil). O ranking entre as capitais é composto por Florianópolis, Aracaju e Brasília e Macapá, com 1,9%, 3,5% e 4,8% e 6,0% da população, respectivamente, entre os 5 primeiros colocados.

### 3. LOCALIZAÇÃO E PERFIL DA MORADIA

No tocante às características predominantes nos domicílios que não possuem documentos comparativamente aos domicílios com documentos, além dos alugados/cedidos/entre outros, a Tabela 3 revela a condição destes domicílios com relação a inadequação relacionadas a infraestrutura, tipo e localização.



**Tabela 3: Percentual de domicílios por característica e situação de inadequação em relação a posse dos documentos**

Característica	Tipo	Alugados/ cedidos/entre outros	Não tem documento	Tem documento	Todos os domicílios
Abastecimento de água	Água da chuva armazenada	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
	Fonte ou nascente	2,5%	3,0%	1,6%	2,0%
	Outra	0,5%	0,4%	0,2%	0,3%
	Poço profundo	7,6%	7,8%	5,5%	6,3%
	Poço raso	4,7%	5,9%	4,3%	4,5%
	Rede geral	84,8%	82,9%	88,3%	86,8%
<b>Total</b>		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Energia	Não	0,4%	1,2%	0,5%	0,5%
	Sim	99,6%	98,8%	99,5%	99,5%
	<b>Total</b>	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Material predominante da cobertura	Madeira apropriada	0,2%	0,0%	0,1%	0,1%
	Out material	0,4%	0,7%	0,2%	0,3%
	Somente laje	2,4%	0,5%	2,6%	2,4%
	Telha com laje	23,0%	16,8%	28,4%	25,9%
	Telha sem laje	73,7%	81,9%	68,5%	71,0%
	Zinco/alumínio/chapa metálica	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%
<b>Total</b>		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Material predominante do domicílio (Paredes)	Alvenaria	90,9%	83,2%	91,9%	91,0%
	Alvenaria sem revestimento	8,1%	15,2%	7,6%	8,2%
	Madeira apropriada p/ construção	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%
	Madeira aproveitada	0,2%	0,6%	0,1%	0,2%
	Out material	0,5%	0,7%	0,3%	0,4%
	Taipa	0,2%	0,3%	0,0%	0,1%
<b>Total</b>		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Material predominante do piso	Cerâmica/lajota/pedra	79,6%	74,1%	85,4%	82,8%
	Cimento	19,6%	23,2%	13,8%	16,2%
	Madeira apropriada	0,2%	0,1%	0,4%	0,3%
	Outro material	0,3%	0,0%	0,1%	0,1%
	Terra	0,3%	2,6%	0,4%	0,5%
	<b>Total</b>	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Tipo de domicílio	Apartamento	5,5%	0,9%	5,5%	5,2%
	Casa	93,8%	99,1%	94,5%	94,5%
	Cortiço	0,8%	0,0%	0,0%	0,3%
	<b>Total Geral</b>	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Localidade	Rural	10,8%	13,6%	6,6%	8,4%
	Urbana	89,2%	86,4%	93,4%	91,6%
	<b>Total Geral</b>	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNADC/IBGE  
Elaboração: IMB/SGG

Nota-se que, dos 148 mil domicílios, a maioria possui abastecimento de água proveniente da rede geral (82,9%), possui fornecimento de energia elétrica (98,8%), o material predominante da cobertura é telha sem laje (81,9%), o piso é de material cerâmico, lajota ou pedra (85,4%), as paredes são de alvenaria (83,2%), são do tipo casa (99,1%) e estão localizados na zona urbana (86,4%).

Quando se compara o percentual de domicílios por característica e situação de inadequação em relação a posse dos documentos, nota-se que os domicílios sem documentação, proporcionalmente têm maior vulnerabilidade estrutural. Percebe-se que possuem menor porcentagem de domicílios com abastecimento de água da rede geral (82,9% ante 88,3%), com fornecimento de energia elétrica (98,8% ante 99,5%), com paredes com alvenaria (83,2% ante 91,9%), com piso de material cerâmico, lajota ou pedra (74,1% contra 85,4%).



Para mais análises pormenorizadas, no Anexo I são apresentados os resultados da distribuição percentual dos domicílios sem posse do documento que prove a propriedade, conforme as características estruturais e a localização do domicílio (Capital, Região Metropolitana exclusive a Capital (RM) e Fora da RM exclusive os dois anteriores). Um dos resultados interessantes de se observar é que, a maioria dos domicílios que não têm rede de abastecimento de água estão localizados fora da Capital e da Região Metropolitana de Goiânia e, todos que não possuem energia elétrica estão situados fora da RM.

#### 4. PERFIL SOCIOECONÔMICO

Essa seção apresenta o perfil socioeconômico de todas as pessoas (Tabela 4) e dos responsáveis pelo domicílio (Tabela 5), em relação à residência em domicílios que possuem, ou não, documentos que prove sua propriedade.

Com relação ao perfil socioeconômico das pessoas que residem em domicílios que não possui documento que prove sua propriedade (Tabela 4), nota-se que os atributos por características que se destacam são: pessoas do sexo feminino (54,0%), pardos (59,8%), com faixa de idade entre 11 e 20 anos<sup>12</sup> (17,4%), escolaridade<sup>13</sup> fundamental incompleto (48,5%), que estão fora da força de trabalho (37,5%), considerando as pessoas dentro da força de trabalho se destaca aquelas que trabalham na informalidade (29,8%) e com renda familiar per capita entre meio e 1 salário mínimo (31,1%); sendo que a proporção de pessoas com vínculo de trabalho formal<sup>14</sup> corresponde à (3,8%) e renda familiar per capita acima de 2 salários-mínimos (3,9%).

Na comparação entre os percentuais dos domicílios com e sem documento, as principais diferenças foram observadas nas menores faixas de renda familiar per capita, uma vez que o percentual de pessoas nos domicílios sem documentos é superior aos observados naqueles domicílios com documento, por exemplo, nas faixas de renda até ¼ SM (9,3% ante 5,3%) e de ¼ até ½ SM (28,4% ante 12,4%). O mesmo ocorre com as pessoas desocupadas (7,8% ante 6,9%), informais (29,8% ante 23,6%), sem instrução (10,2% ante 7,5%) e fundamental incompleto (48,5% ante 35,4%) e sexo feminino (54,0 ante 52,3%). No Anexo II é apresentada a distribuição dessas características dos domicílios sem documentos conforme a localização dos domicílios (Capital, RM, Fora da RM).

<sup>12</sup> Note-se que a grande quantidade de indivíduos nessa faixa etária deve-se ao fato de que os dados não se referem apenas aos chefes de família, mas a todas as pessoas que habitam determinado domicílio. Dessa forma incluem-se as crianças.

<sup>13</sup> Pnad-Contínua aplicou essa pergunta apenas para as pessoas com 5 anos ou mais;

<sup>14</sup> Inclui as pessoas do setor privado e público com carteira assinada, domésticas com carteira, militares e servidores públicos.

**Tabela 4: Percentual de pessoas por características e situação de inadequação em relação a posse dos documentos**

Característica	Tipo	Alugados/ cedidos/ entre outros	Não tem documento	Tem documento	Todos os domicílios
Faixa de renda per capita	Até ¼ salário mínimo	9,0%	9,3%	5,3%	6,8%
	Mais de ¼ até ½ salário mínimo	18,8%	28,4%	12,4%	15,4%
	Mais de ½ até 1 salário mínimo	35,4%	31,1%	29,8%	31,7%
	Mais de 1 até 2 salários mínimos	24,9%	24,2%	31,3%	28,8%
	Mais de 2 até 3 salários mínimos	7,0%	3,9%	10,3%	8,8%
	Mais de 3 até 5 salários mínimos	3,0%	1,8%	7,2%	5,5%
	Mais de 5 salários mínimos	1,8%	1,3%	3,7%	3,0%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Condição em relação a força de trabalho (maiores de 14 anos)	Desocupadas	7,3%	7,8%	6,9%	7,0%
	Fora da Força	28,3%	37,5%	35,9%	33,7%
	Formal - Privado	31,3%	21,1%	26,8%	27,8%
	Formal - Público/Militar	3,2%	3,8%	6,8%	5,5%
	Informal	29,9%	29,8%	23,6%	25,9%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Escolaridade (maiores de 5 anos)	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	7,3%	10,2%	7,5%	7,6%
	Fundamental incompleto ou equivalente	36,3%	48,5%	35,4%	36,5%
	Fundamental completo ou equivalente	9,2%	5,8%	6,4%	7,3%
	Médio incompleto ou equivalente	9,8%	8,5%	6,6%	7,8%
	Médio completo ou equivalente	23,9%	18,6%	24,3%	23,9%
	Superior incompleto ou equivalente	5,0%	4,0%	5,2%	5,1%
	Superior completo	8,5%	4,5%	14,5%	12,0%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Sexo	Homem	49,9%	46,0%	47,7%	48,3%
	Mulher	50,1%	54,0%	52,3%	51,7%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Raça/Cor	Amarela	0,5%	0,4%	0,4%	0,5%
	Branca	30,7%	29,4%	38,7%	35,5%
	Indígena	0,6%	0,1%	0,3%	0,4%
	Parda	59,2%	59,8%	52,2%	54,9%
	Preta	9,0%	10,4%	8,4%	8,7%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Faixa de Idade	Até 10	19,1%	14,1%	11,5%	14,1%
	11-20	16,0%	17,4%	14,4%	15,1%
	21-30	20,4%	11,0%	12,7%	15,1%
	31-40	17,4%	13,5%	14,7%	15,5%
	41-50	13,8%	15,9%	16,0%	15,3%
	51-60	7,0%	14,1%	14,1%	11,8%
	60+	6,3%	14,1%	16,6%	13,1%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNADC/IBGE  
Elaboração: IMB/SGG

Por outra perspectiva, selecionando apenas o perfil dos responsáveis nos domicílios sem documento de propriedade, conforme a Tabela 5, é composto por: maior número de pessoas do sexo masculino (58,0%), raça/cor parda (57,0%), com idade superior a 60 anos ou mais (29,2%), escolaridade fundamental incompleto (51,6%), informais (34,9%) e, por fim, a faixa de renda domiciliar per capita que aglutina a maior parcela de responsável familiar é a de entre meio e 1 salário-mínimo (34,0%).

Na comparação entre os percentuais dos responsáveis dos domicílios sem e com documento de propriedade, as principais diferenças em pontos percentuais foram observadas no grau de escolaridade Fundamental incompleto ou equivalente, sendo: 51,6% nos domicílios sem documento contra 36,9% nos domicílios com documento. Destaca-se também a diferença na faixa de renda per capita de mais de ¼ até ½ salário mínimo (21,3% dos responsáveis de domicílios sem documento nessa faixa, contra 10,5% entre os responsáveis

domiciliares com documento) e os informais em relação a força de trabalho dos maiores de 14 anos, com maior presença nos domicílios sem documento (34,9% ante 25%).

**Tabela 5: Percentual de responsáveis dos domicílios por características e situação de inadequação em relação a posse dos documentos**

Característica	Tipo	Alugados/ cedidos/ entre outros	Não tem documento	Tem documento	Todos os domicílios
Faixa de renda per capita	Até ¼ salário mínimo	8,0%	8,3%	5,2%	6,3%
	Mais de ¼ até ½ salário mínimo	14,7%	21,3%	10,5%	12,5%
	Mais de ½ até 1 salário mínimo	33,3%	34,0%	28,9%	30,7%
	Mais de 1 até 2 salários mínimos	28,0%	26,5%	31,5%	30,1%
	Mais de 2 até 3 salários mínimos	9,0%	5,0%	11,1%	10,0%
	Mais de 3 até 5 salários mínimos	4,2%	3,3%	8,0%	6,5%
	Mais de 5 salários mínimos	2,7%	1,7%	4,8%	3,9%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Condição em relação a força de trabalho (maiores de 14 anos)	Desocupadas	5,6%	4,4%	3,6%	4,3%
	Fora da Força	20,3%	31,1%	35,0%	29,9%
	Formal – Privado	37,8%	25,0%	27,8%	30,9%
	Formal - Público/Militar	4,1%	4,7%	8,7%	6,9%
	Informal	32,2%	34,9%	25,0%	28,0%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Escolaridade (maiores de 5 anos)	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	5,2%	10,4%	6,8%	6,5%
	Fundamental incompleto ou equivalente	30,9%	51,6%	36,9%	35,8%
	Fundamental completo ou equivalente	9,9%	6,7%	5,8%	7,2%
	Médio incompleto ou equivalente	8,6%	7,8%	4,8%	6,2%
	Médio completo ou equivalente	29,4%	16,2%	26,5%	26,8%
	Superior incompleto ou equivalente	4,7%	1,7%	3,0%	3,5%
	Superior completo	11,3%	5,6%	16,3%	14,0%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Sexo	Homem	58,0%	58,0%	54,4%	55,8%
	Mulher	42,0%	42,0%	45,6%	44,2%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Raça/Cor	Amarela	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%
	Branca	29,7%	28,3%	37,8%	34,6%
	Indígena	0,7%	0,2%	0,5%	0,5%
	Parda	57,6%	57,0%	51,5%	53,8%
	Preta	11,4%	13,8%	9,5%	10,4%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Faixa de Idade	Até 10				
	11-20	2,8%	0,2%	0,8%	1,4%
	21-30	22,4%	6,0%	5,9%	11,3%
	31-40	26,7%	15,9%	18,2%	20,8%
	41-50	23,3%	25,3%	22,2%	22,7%
	51-60	12,7%	23,5%	23,3%	19,8%
	60+	12,1%	29,2%	29,7%	23,9%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNADC/IBGE  
Elaboração: IMB/SGG

Na outra extremidade, os atributos de escolaridade, de maiores de 5 anos de idade com ensino de Médio completo ou equivalente e Superior Completo, evidencia uma diferença de, aproximadamente, 10 pontos percentuais em favor dos responsáveis domiciliares com documentos de propriedade; além da condição em relação a força de trabalho, dos maiores de 14 anos, com maior presença da ocupação formal público-militar.

Outro ponto que merece atenção é em relação à composição familiar e ao acesso a políticas de transferência de renda nos domicílios em relação a posse de documentos do imóvel que prove a sua propriedade. Nesse sentido a Tabela 6 apresenta o percentual de domicílios, conforme a existência de algum morador beneficiário do Programa de Benefício

de Prestação Continuada (BPC-LOAS) e, também, do Programa Bolsa Família (PBF). Nota-se que, apenas 4,4% dos domicílios sem documento possuem algum morador beneficiário do BPC-LOAS. Com relação ao Programa Bolsa Família (PBF), esse percentual é de 17,7%, valor bem superior a proporção observada nos demais domicílios. Isso indica que além da falta de renda, parte dessas famílias sofrem com a questão habitacional, o que é previsto por meio de uma abordagem multidimensional da pobreza, conforme destaca Barros, Carvalho e Franco (2006).

Com relação à composição familiar dos residentes nos domicílios inadequados, verifica-se que 57,8% tem sua composição familiar dada por um casal. Também se destaca os domicílios monoparental feminino, em que uma mulher é a responsável/chefe de família, uma vez que 1 a cada 4 famílias tem essa característica (aproximadamente 25%).

**Tabela 6: % de domicílios com e sem documento de propriedade de acordo com o recebimento de BPC-LOAS, PBF e característica familiar**

Característica	Tipo	Domicílios			Todos os domicílios
		Alugados/ cedidos/ entre outros	Não tem documento	Tem documento	
BPC	Domicílio com algum morador beneficiado pelo BPC	4,2%	4,4%	4,2%	4,2%
	Não	95,8%	95,6%	95,8%	95,8%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
PBF	Domicílio com algum morador beneficiado pelo PBF	11,1%	17,7%	7,0%	9,0%
	Não	88,9%	82,3%	93,0%	91,0%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Tipo de Família	Casal	60,2%	57,8%	64,6%	62,7%
	Monoparental Feminino	22,9%	26,4%	25,3%	24,6%
	Monoparental Masculino	16,9%	15,8%	10,2%	12,7%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNADC/IBGE  
Elaboração: IMB/SGG

No Anexo IV é apresentada a distribuição percentual, conforme as características analisadas anteriormente por localização dos domicílios.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de documento que prove a propriedade da moradia é um problema que atinge uma parte significativa dos domicílios brasileiros. Dessa forma, é de notável relevância entender o perfil dos domicílios e das pessoas que vivem nessa condição, pois só assim é possível construir Políticas Públicas mais aderentes com a realidade da população.

Isto posto, a realização desse estudo pretende lançar luz sobre essa discussão, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE), em 2019, que contemplou, pela primeira vez, uma pergunta relacionada à ausência de documentos que comprovem a propriedade da moradia. Ressalta-se que, com base nessa pergunta, caracteriza-se uma inadequação que compõe uma parte dos atributos relacionados a regularização fundiária, mas não todas.

Com relação aos resultados, em âmbito nacional, o Estado de Goiás se destaca no ranking por Unidade da Federação, com a terceira menor proporção da população em domicílios sem documentos. No ranking das capitais, o município de Goiânia também se destaca como a quarta capital brasileira. O informe revelou as características predominantes nos domicílios, que não possuem documentos, tendo por base as inadequações relacionadas à infraestrutura, tipo e localização (com foco na Capital, Região Metropolitana, exclusive a Capital e fora da RM e exclusive os dois anteriores).

Demonstrou-se o perfil socioeconômico das pessoas residentes em domicílios sem documento que prove sua propriedade, procurando evidenciar as características que se sobressaem aliadas a merecida observação sobre a composição familiar e o acesso a políticas de transferência de renda, demonstrando maior proporção de residentes em domicílios irregulares, em relação aos demais domicílios que possuem documentos, entre os beneficiários do BPC-LOAS e especialmente do Programa Bolsa Família (PBF). O que indica que, além da falta de renda, parte dessas famílias sofrem com a falta de moradia adequada e universal, demandando a abordagem multidimensional da pobreza.

Portanto, é importante ressaltar que processos de regularização fundiária são extremamente complexos e devem ter como premissa a preocupação em promover a melhoria nas condições de vida da população local, focalizando áreas da saúde, da habitabilidade, da segurança jurídica e diminuição da vulnerabilidade social. Com isso, espera-se, dentre os limites de dados neste informe obtidos através da PnadC (2019), nortear novos indicadores visando o aprofundamento de questões ligadas ao direito à moradia adequada, posto que esse preceito jurídico pode afetar diretamente outros direitos humanos fundamentais.

## BIBLIOGRAFIA

BARROS, R. P. DE; CARVALHO, M. DE; FRANCO, S. Pobreza multidimensional no Brasil. 2006

BRASIL, Ministério das Cidades, **Regularização fundiária sustentável: conceitos e diretrizes**, Brasília, 2007. Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm)>. Acesso em: 18 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Comentário Geral nº 04: O Direito à Moradia Adequada. Genebra, 1991. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225430>>. Acesso em: 18 out. 2017.

IMB/GOIÁS. Déficit Habitacional em Goiás: uma análise do CadÚnico. IMB/SegPlan – Estudos do IMB. Goiânia. Novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.imb.go.gov.br/estudos/estudos-imb/d%C3%A9ficit-habitacional-em-goi%C3%AAs-uma-an%C3%A1lise-do-cad%C3%BAnico-nos-anos-de-2017-e-2018-novembro-2018.html>>. Acesso em: 30 nov. 2018

PAIVA, L. H. et al. Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o Programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à Covid-19. Nota Técnica Disoc – Ipea, n. 59. Brasília: Ipea, março / 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35405&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35405&Itemid=9)>. Acesso em : 27 mar. 2020

- ANEXOS -

**ANEXO I:** Percentual de **domicílios**, características e situação dos domicílios sem documentos conforme a localização dos domicílios (Capital, Região Metropolitana, Fora da Região Metropolitana)

Característica	Tipo	Capital	Resto da RM	Resto da UF	Total
Abastecimento de água	Fonte ou nascente	0,0%	0,0%	3,0%	3,0%
	Outra	0,0%	0,0%	0,4%	0,4%
	Poço profundo	0,3%	0,7%	6,8%	7,8%
	Poço raso	0,3%	1,6%	4,1%	5,9%
	Rede geral	20,2%	17,5%	45,2%	82,9%
	<b>Total</b>	<b>20,8%</b>	<b>19,7%</b>	<b>59,5%</b>	<b>100,0%</b>
Energia	Não	0,0%	0,0%	1,2%	1,2%
	Sim	20,8%	19,7%	58,3%	98,8%
	<b>Total</b>	<b>20,8%</b>	<b>19,7%</b>	<b>59,5%</b>	<b>100,0%</b>
Material predominante da cobertura	Out material	0,0%	0,0%	0,7%	0,7%
	Somente laje	0,0%	0,5%	0,0%	0,5%
	Telha com laje	9,7%	4,5%	2,6%	16,8%
	Telha sem laje	11,1%	14,7%	56,1%	81,9%
	Zinco/alumínio/chapa metálica	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
	<b>Total</b>	<b>20,8%</b>	<b>19,7%</b>	<b>59,5%</b>	<b>100,0%</b>
Material predominante do domicílio	Alvenaria	14,2%	18,1%	51,0%	83,2%
	Alvenaria sem revestimento	6,6%	1,5%	7,0%	15,2%
	Madeira aproveitada	0,0%	0,0%	0,6%	0,6%
	Out material	0,0%	0,0%	0,7%	0,7%
	Taipa	0,0%	0,1%	0,2%	0,3%
	<b>Total</b>	<b>20,8%</b>	<b>19,7%</b>	<b>59,5%</b>	<b>100,0%</b>
Material predominante do piso	Cerâmica/lajota/pedra	19,2%	15,9%	39,0%	74,1%
	Cimento	1,2%	3,8%	18,1%	23,2%
	Madeira apropriada	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
	Terra	0,3%	0,0%	2,3%	2,6%
	<b>Total</b>	<b>20,8%</b>	<b>19,7%</b>	<b>59,5%</b>	<b>100,0%</b>
Tipo de domicílio	Apartamento	0,4%	0,5%	0,0%	0,9%
	Casa	20,4%	19,2%	59,5%	99,1%
	<b>Total Geral</b>	<b>20,8%</b>	<b>19,7%</b>	<b>59,5%</b>	<b>100,0%</b>
Localidade	Rural	0,0%	0,0%	13,6%	13,6%
	Urbana	20,8%	19,7%	45,9%	86,4%
	<b>Total Geral</b>	<b>20,8%</b>	<b>19,7%</b>	<b>59,5%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: PNADC/IBGE  
Elaboração: IMB/SGG



**ANEXO II: Percentual de pessoas, por características e situação de inadequação em relação a posse dos documentos conforme a localização dos domicílios (Capital, Região Metropolitana, Fora da Região Metropolitana)**

Variável	Categoria	Capital	Resto da RM	Resto da UF	Total
Faixa de renda per capita	Até ¼ salário mínimo	0,0%	3,2%	6,0%	9,3%
	Mais de ¼ até ½ salário mínimo	2,7%	4,2%	21,6%	28,4%
	Mais de ½ até 1 salário mínimo	7,8%	5,0%	18,3%	31,1%
	Mais de 1 até 2 salários mínimos	9,2%	4,3%	10,8%	24,2%
	Mais de 2 até 3 salários mínimos	0,6%	1,6%	1,7%	3,9%
	Mais de 3 até 5 salários mínimos	0,6%	0,2%	1,0%	1,8%
	Mais de 5 salários mínimos	0,2%	0,8%	0,2%	1,3%
	<b>Total</b>	<b>21,1%</b>	<b>19,2%</b>	<b>59,7%</b>	<b>100,0%</b>
Condição em relação a força de trabalho (maiores de 14 anos)	Desocupadas	0,5%	2,8%	4,5%	7,8%
	Fora da Força	7,7%	5,2%	24,5%	37,5%
	Formal – Privado	5,8%	4,9%	10,3%	21,1%
	Formal - Público/Militar	0,9%	0,6%	2,3%	3,8%
	Informal	6,3%	5,0%	18,6%	29,8%
	<b>Total</b>	<b>21,2%</b>	<b>18,5%</b>	<b>60,3%</b>	<b>100,0%</b>
Escolaridade (maiores de 5 anos)	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1,9%	2,1%	6,2%	10,2%
	Fundamental incompleto ou equivalente	8,0%	8,7%	31,7%	48,5%
	Fundamental completo ou equivalente	0,9%	1,2%	3,7%	5,8%
	Médio incompleto ou equivalente	1,4%	2,0%	5,1%	8,5%
	Médio completo ou equivalente	5,9%	3,0%	9,7%	18,6%
	Superior incompleto ou equivalente	1,4%	1,2%	1,3%	4,0%
	Superior completo	1,8%	0,9%	1,7%	4,5%
	<b>Total</b>	<b>21,3%</b>	<b>19,3%</b>	<b>59,4%</b>	<b>100,0%</b>
Sexo	Homem	10,0%	8,8%	27,2%	46,0%
	Mulher	11,1%	10,5%	32,5%	54,0%
	<b>Total</b>	<b>21,1%</b>	<b>19,2%</b>	<b>59,7%</b>	<b>100,0%</b>
Raça/Cor	Amarela	0,0%	0,0%	0,4%	0,4%
	Branca	6,5%	2,4%	20,5%	29,4%
	Indígena	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
	Parda	12,2%	14,0%	33,6%	59,8%
	Preta	2,4%	2,9%	5,1%	10,4%
	<b>Total</b>	<b>21,1%</b>	<b>19,2%</b>	<b>59,7%</b>	<b>100,0%</b>
Faixa de Idade	Até 10	2,8%	2,9%	8,4%	14,1%
	11-20	2,9%	3,5%	11,0%	17,4%
	21-30	2,7%	1,9%	6,4%	11,0%
	31-40	3,3%	2,5%	7,7%	13,5%
	41-50	3,2%	4,1%	8,6%	15,9%
	51-60	2,9%	2,3%	8,9%	14,1%
	60+	3,4%	2,0%	8,7%	14,1%
	<b>Total</b>	<b>21,1%</b>	<b>19,2%</b>	<b>59,7%</b>	<b>100,0%</b>

 Fonte: PNADC/IBGE  
 Elaboração: IMB/SGG



**ANEXO III:** Percentual de **responsáveis domiciliares**, por características e situação de inadequação em relação a posse dos documentos conforme a localização dos domicílios (Capital, Região Metropolitana, Fora da Região Metropolitana)

Variável	Categoria	Capital	Resto da RM	Resto da UF	Total
Faixa de renda per capita	Até ¼ salário mínimo	0,00%	2,10%	6,20%	8,30%
	Mais de ¼ até ½ salário mínimo	2,60%	3,20%	15,50%	21,30%
	Mais de ½ até 1 salário mínimo	7,30%	5,90%	20,90%	34,00%
	Mais de 1 até 2 salários mínimos	8,70%	5,60%	12,20%	26,50%
	Mais de 2 até 3 salários mínimos	0,90%	1,60%	2,50%	5,00%
	Mais de 3 até 5 salários mínimos	1,10%	0,50%	1,60%	3,30%
	Mais de 5 salários mínimos	0,20%	0,80%	0,70%	1,70%
	<b>Total</b>	<b>20,80%</b>	<b>19,70%</b>	<b>59,50%</b>	<b>100,00%</b>
Condição em relação a força de trabalho (maiores de 14 anos)	Desocupadas	0,00%	1,40%	3,00%	4,40%
	Fora da Força	7,50%	4,30%	19,30%	31,10%
	Formal - Privado	5,30%	7,50%	12,20%	25,00%
	Formal - Público/Militar	1,10%	0,60%	2,90%	4,70%
	Informal	6,90%	5,80%	22,10%	34,90%
	<b>Total</b>	<b>20,80%</b>	<b>19,70%</b>	<b>59,50%</b>	<b>100,00%</b>
Escolaridade (maiores de 5 anos)	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1,10%	3,50%	5,80%	10,40%
	Fundamental incompleto ou equivalente	7,70%	7,90%	35,90%	51,60%
	Fundamental completo ou equivalente	0,60%	2,50%	3,60%	6,70%
	Médio incompleto ou equivalente	2,00%	2,20%	3,50%	7,80%
	Médio completo ou equivalente	6,00%	2,10%	8,10%	16,20%
	Superior incompleto ou equivalente	1,00%	0,00%	0,70%	1,70%
	Superior completo	2,30%	1,40%	1,80%	5,60%
	<b>Total</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Sexo	Homem	9,10%	13,00%	35,90%	58,00%
	Mulher	11,70%	6,70%	23,50%	42,00%
	<b>Total</b>	<b>20,80%</b>	<b>19,70%</b>	<b>59,50%</b>	<b>100,00%</b>
Raça/Cor	Amarela	0,00%	0,00%	0,80%	0,80%
	Branca	6,30%	3,10%	19,00%	28,30%
	Indígena	0,00%	0,00%	0,20%	0,20%
	Parda	12,60%	12,60%	31,80%	57,00%
	Preta	1,90%	4,00%	7,80%	13,80%
	<b>Total</b>	<b>20,80%</b>	<b>19,70%</b>	<b>59,50%</b>	<b>100,00%</b>
Faixa de Idade	Até 10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	11-20	0,00%	0,00%	0,20%	0,20%
	21-30	1,20%	0,30%	4,40%	6,00%
	31-40	3,30%	3,40%	9,20%	15,90%
	41-50	4,60%	8,10%	12,60%	25,30%
	51-60	4,70%	3,60%	15,20%	23,50%
	60+	7,00%	4,30%	17,90%	29,20%
	<b>Total</b>	<b>20,80%</b>	<b>19,70%</b>	<b>59,50%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: PNADC/IBGE  
 Elaboração: IMB/SGG

**Anexo IV:** Percentual de **domicílios** que não possui documento de propriedade de acordo com o recebimento do **BPC-LOAS, PBF** e característica familiar, conforme a localização dos domicílios (Capital, RM, Fora da RM)

Variável	Grupo	Localidade			Total
		Capital	Resto da RM*	Resto da UF**	
Existe beneficiário do BPC – Benefício de Prestação Continuada?	Pelo menos 1	1,4%	0,6%	2,4%	4,4%
	Sem beneficiário	19,4%	19,1%	57,1%	95,6%
Existe beneficiário do PBF – Programa Bolsa Família?	Pelo menos 1	0,0%	2,4%	15,3%	17,7%
	Sem beneficiário	20,8%	17,4%	44,2%	82,3%
Tipo de Família	Casal	12,2%	9,8%	35,7%	57,8%
	Monop.				
	Feminino	6,8%	5,4%	14,2%	26,4%
	Monop.				
	Masculino	1,8%	4,5%	9,6%	15,8%
<b>Total</b>		20,8%	19,7%	59,5%	100,0%

\*Exceto a Capital

\*\* Exceto a Capital e a RM

Fonte: PNADC/IBGE

Elaboração: IMB/SGG